

Ideologia da racialidade: uma análise conceitual e sua aplicação na discussão acadêmica a partir de dados coletados na Revista Geografias da UFMG¹

Ideology of raciality: a conceptual analysis and its application in the academic discussion based on data collected in the Revista Geografias at UFMG

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante²

Doutoranda em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, mestra e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais.
cynthiabraulio@ufmg.br

Resumo

O estudo analisa o conceito de ideologia a fim de compreender como a racialidade, enquanto uma relação estabelecida a partir do conceito de raça humana está presente nas relações sociais. Inicialmente, estabeleceu-se a base conceitual de ideologia para defender o argumento da racialidade ideológica. Partiu-se do conceito de raça e dos aspectos ideológicos da escravidão de pessoas negras de origem africana. Para demonstrar o avanço ideológico da racialidade no contexto brasileiro, foram analisados os conceitos de mestiçagem, democracia racial e meritocracia. Com o objetivo de discutir a presença da racialidade nos estudos acadêmicos, foram examinados artigos da Revista Geografias da UFMG, desde o volume 1 (2005) até o volume 19 (2023). A pesquisa indica a necessidade de ampliação das análises acerca da questão racial e aponta para a possibilidade de existência de aspectos ideológicos racializados nos estudos científicos.

Palavras-chave: ideologia; racialidade; democracia racial; mestiçagem; meritocracia

Abstract

The study analyzes the concept of ideology in order to understand how raciality, as a relationship established from the concept of the human race, is present in social relations. Initially, the conceptual basis of ideology was established to support the argument of ideological raciality. It started with the concept of race and the ideological aspects of the enslavement of people of African descent. To demonstrate the ideological development of raciality in the Brazilian context, the concepts of miscegenation, racial democracy, and meritocracy were analyzed. With the aim of discussing the presence of raciality in academic studies, articles from the *Revista Geografias* of UFMG were examined, from volume 1 (2005) to volume 19 (2023). The research indicates the need to expand analyses regarding racial issues and points to the possible existence of racialized ideological aspects in scientific studies.

¹ Agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio para a realização do presente trabalho, por meio do financiamento da bolsa de doutorado. A autora é orientada por Heloísa Soares de Moura Costa e coorientada por Felipe Nunes Coelho Magalhães, a quem amplia seus agradecimentos.

² Possui experiência na coordenação e elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo para a administração pública. Tem interesse nas áreas de interseccionalidade, relações racializadas, planejamento urbano, políticas públicas e igualdade racial

Keywords: ideology; raciality; racial democracy; mestizaje; meritocracy

Introdução

As reflexões apresentadas neste estudo fazem parte dos exercícios acadêmicos da autora para obtenção do título de Doutora em Geografia. A pesquisa de doutorado possui enfoque nas Geografias Negras.

Neste estudo, pretendemos realizar uma análise da racialidade enquanto um processo que está carregado de ideologia que foi inserida e permanece nas relações sociais sendo, portanto, um dispositivo de manutenção das relações de poder/submissão ao longo da história. Para tanto, serão abordados conceitos que podem auxiliar a demonstrar como essa articulação ideológica foi construída no Brasil desde a colonização até a contemporaneidade. Com isso, o objetivo do trabalho é discutir como as pessoas acessam a racialidade, que foi historicamente instituída a partir do conceito de raça, estabelecendo uma base ideológica. Essa construção garante que as relações de submissão e qualificação entre pessoas brancas e não brancas possuam um arcabouço racializado, permitindo assim que os privilégios sejam mantidos ao longo da história, bem como as subjugações e violações. Neste sentido, analisar os aspectos ideológicos da racialidade pode apontar para mecanismos de questionamento das relações sociais, bem como buscar formas de fissurar esses processos, de modo a criar um cenário social favorável às dinâmicas de equidade racial, reconhecendo a atuação da racialidade na manutenção das relações de poder.

Para alcançar os objetivos propostos, analisaremos os conceitos relacionados à questão racial a partir de autores que os discutem no Brasil e como eles conseguem ancorar a materialização da manutenção das desigualdades sociais pelo território nacional, demonstrando sua base ideológica. Esta materialização socioespacial da racialidade perdura desde os processos de colonização, o que pode ratificar a força ideológica presente na racialidade, em detrimento da população negra. Esta evidência é corroborada por Santos (2012). Segundo o autor,

Nas cidades brasileiras, podemos ver diversas expressões espaciais dessa incorporação subalternizante de comunidades negras geradas no passado pelas relações de escravidão ou no processo de extinção do regime escravocrata, o que envolve também aquelas geradas ou incrementadas por negros ex-escravos e descendentes em migrações internas após a abolição. (p. 62)

Como ferramenta metodológica, num primeiro momento foram realizadas revisões bibliográficas acerca da questão racial de modo a viabilizar a articulação

conceitual pretendida. Num segundo momento, foi realizado um exercício exploratório em pesquisas inseridas no campo disciplinar da Geografia, a partir de uma análise dos artigos publicados na Revista Geografias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A análise pretendia identificar pesquisas que tratassem da questão racial e buscar dados que pudessem apontar para uma racialidade no campo.

Quanto à estrutura deste artigo, os estudos se iniciam com um paralelo acerca do conceito de ideologia a partir dos estudos de Marilena Chauí e Stuart Hall, buscando um entendimento conceitual, a fim de alcançar uma articulação entre ideologia e racialidade. Após este entendimento, o primeiro termo a ser articulado à sua base ideológica é o conceito de raça e como este processo que surgiu a partir da classificação dos seres humanos permitiu uma distinção entre as pessoas, fomentando uma diferenciação hierárquica ideológica e tratamentos desiguais/discriminatórios. Em seguida, buscamos compreender como os mecanismos de escravização podem ser considerados ideológicos, na medida em que a naturalização das relações de expropriação permeadas pela violência e submissão, em determinado momento histórico, foram consideradas aceitáveis por uma parcela da sociedade, detentora da hegemonia do poder à época. Aliado ao conceito de raça, essas podem ser consideradas as bases das relações socioespaciais quando do surgimento do sistema capitalista.

Na sequência, analisamos a mestiçagem como um processo ideológico de embranquecimento da população brasileira que se articula com o mito da democracia racial. Essa também pode ser considerada uma ideologia, na medida em que o primeiro busca naturalizar ideologicamente os aspectos positivos da miscigenação, fomentando o segundo. Ambos os conceitos foram articulados a partir dos estudos de Hall (2015), Marcelino (2020), Munanga (1999) e Nascimento (2019). Em seguida, discutimos a ideologia meritocrática e como ela está permeada pela racialidade na sociedade brasileira.

Na última parte dos estudos foram realizadas análises de artigos científicos publicados na Revista Geografias da UFMG a partir do levantamento teórico construído ao longo do artigo. Concluímos que as análises apontam para uma ausência de discussões que aprofundem no impacto da racialidade presente no campo disciplinar, indicando a necessidade de ampliação de reflexões que tratem da questão racial nos estudos geográficos.

O conceito de ideologia aplicado à racialidade

Freitas e Rei (2012, p.129) argumentam que “definições conceituais de ideologia estão presentes em diversos autores marxistas, linguistas, psicólogos e teóricos de várias áreas das Ciências Humanas”. Ou seja, existe um léxico acadêmico relacionado ao conceito. Para estabelecer a base teórica deste trabalho, optamos por criar um paralelo entre os estudos de Chauí (2008) e de Hall (2015; 2016).

Um primeiro aspecto discutido pela autora refere-se ao fato de que um conceito pode ser considerado uma ideologia na medida em que existe uma tentativa de desconexão entre os fatos históricos de uma sociedade. Segundo Chauí (2008),

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas. (p.7-8)

Com relação à racialidade, é importante compreender que o surgimento do conceito de raça e a escravização de povos de origem africana durante o período colonial embasam as relações sociais racializadas, que são os processos fundantes das relações de submissão e qualificação estabelecidas entre pessoas brancas e não brancas. Entretanto, o que se percebe enquanto construção histórica da racialidade brasileira é uma tentativa de se apagar violações que se iniciaram naquele período. Um bom exemplo dessa tentativa é a forma como o entendimento do que foi a escravização tem sido discutido academicamente, enquanto um processo imbricado ao período colonial e necessário para promover a sua expansão e manter o fornecimento de recursos à coroa portuguesa. Pouco se discute acerca da objetificação da população negra e os reflexos atuais deste processo. Chauí (2008) defende o desvelamento de uma ideologia a partir da análise das relações conformadas historicamente.

E, portanto, das relações sociais que precisamos partir para compreender o que, como e por que os homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou de transformá-las. Porém, novamente, não se trata de tomar essas relações como um dado ou como um fato observável, pois neste caso estaríamos em plena ideologia. Trata-se, pelo contrário, de compreender a própria origem das relações sociais, de suas diferenças temporais, em uma palavra, de encará-las como processos históricos. (Chauí, 2008, p. 22)

Neste sentido, para compreendermos os aspectos ideológicos da racialidade, é necessário retomar sua conformação histórico-social e relacioná-la à questão racial. Intentamos desvelar os mecanismos acionados socialmente para que a manutenção das

relações de poder garantisse que os privilégios fossem repassados por gerações, bem como as tentativas de se encobrir os motivos pelos quais a população negra não alcança uma equidade social quando comparada à população branca. Pelo contrário, a população negra se mantém mutilada social, política e economicamente (Santos, 1997). Estes instrumentos estabelecem o que chamaremos de ideologia da racialidade. Chauí (2008) aponta para este entendimento e reforça.

Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. (Chauí, 2008, p. 24)

Adicionalmente, Hall (2015) atribui à racialidade seu caráter ideológico, pois ela funciona como um operador conceitual que se adapta historicamente à realidade em que está inserida. O autor conceitua a raça como um “significante mutante”, que se aproxima da linguagem de uma sociedade e produz sentidos. “E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação”. (Hall, 2015, p. 1). Sendo assim, é possível entender a racialidade como um processo constante de ressignificação do seu sentido na sociedade, ancorado nos processos históricos com os quais está envolvido. Ou seja, a racialidade pode ser considerada um instrumento ideológico porque atua no “domínio da construção social do sentido” (Hall, 2016, p. 42), onde “o ideológico é estruturado e modelado do começo ao fim pelas relações sociais, políticas, tecnológicas, assim como econômicas (Hall, 2016, p. 43).

Para compreendermos estes mecanismos, é necessário discutir como o uso da raça estabeleceu uma distinção entre os seres humanos, permitindo que fosse criada uma visão de superioridade das pessoas brancas em relação às negras como forma de se justificar as relações de exploração/submissão estabelecidas ao longo da história.

Base conceitual de racialidade: a raça como ideologia

Para iniciar a compreensão ao que se refere à ideologia da racialidade, partiremos do conceito de raça e seu surgimento enquanto um termo que estabeleceu uma distinção entre a população mundial. Essa distinção ainda é identificada na contemporaneidade e, por isso, pode ser considerada uma ideologia que coexiste com

outras relacionadas à questão racial, já que a categorização de seres humanos ultrapassa a corporalidade e se manifesta nas relações socioespaciais ao longo da história.

No Brasil, a raça está imbricada às relações de dominação que se iniciaram no período colonial. Munanga (2004) reforça o aspecto ideológico do conceito ao defender que,

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (Munanga, 2004, p.22).

Retornaremos ao surgimento do conceito para então avançar em sua complexificação. Segundo Munanga (2004), sua origem foi difundida no século XVIII para a classificação dos seres vivos. O termo foi criado a partir de estudos da Botânica e da Zoologia, mas se complexifica quando estabelece uma distinção entre os seres humanos. O autor sugere esta problemática, defendendo que “a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças” (Munanga, 2004, p. 19). Neste sentido, é possível considerar que a raça passa a embasar as relações sociais, econômicas e políticas, bem como estrutura as relações de poder. Achille Mbembe reforça este entendimento, onde:

[...] o elemento racial era tanto uma determinação biológica (algo relacionado ao sangue, à transmissão hereditária) quanto algo relacionado ao corpo, o corpo de um povo dotado de vontade de poder (Mbembe, 2021, p. 226).

Nesta reflexão, Mbembe (2021) aponta a quem a distinção entre os seres humanos favorece, no caso, o colonizador branco. Marcelino (2020) define a raça como uma “construção mental criada”, ou seja, um aparato ideológico que visava a “categorização de indivíduos ou grupos sociais” (Marcelino, 2020, p. 446). Neste sentido, a impossibilidade de se conceituar o termo dentro da biologia está posta, na medida em que “organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas” (Hall, 2015, p.1).

É importante destacar as implicações existentes entre o surgimento do conceito e os processos de escravização de povos indígenas e pessoas negras de origem africana. Apesar de o termo ter surgido durante a escravização, foi a partir dele que se possibilitou o

estabelecimento e manutenção das relações de dominação colonial (Marcelino, 2020). Além disso, ele permitiu que após o fim do regime escravocrata as relações de submissão e qualificação fossem mantidas, na medida em que estabeleceu um marcador social de diferença. Sendo assim, buscaremos articular o ato de escravizar no período colonial com a naturalização da objetificação dos corpos de pessoas negras, e como esta prática também apresentou aspectos ideológicos.

A escravização como ideologia

O tráfico transatlântico de pessoas de origem africana, para fins de comercialização e expropriação da sua força de trabalho, perdurou por mais de 300 anos no Brasil. Com a promulgação da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 (Brasil, 1850), também conhecida como Eusébio de Queirós, ficou estabelecido a proibição do tráfico de pessoas negras africanas, criminalizando aqueles que realizassem a prática após aquela data. A escravização foi abolida com a promulgação da Lei Áurea (Brasil, 1888). Esses dois mecanismos institucionais foram promulgados enquanto uma ação do Estado que propunha a interrupção de uma prática de objetificação da população negra: a captura e exploração de suas vidas³.

Diante do impacto do processo escravocrata na sociedade brasileira, com atuação em processos econômicos, políticos e socioespaciais, é possível vislumbrar como essa sociedade possui suas bases estabelecidas a partir das relações de escravização. Esta reflexão nos permite relacionar a escravização a um processo ideológico, cujo argumento também foi defendido por Queiróz (1983).

A escravidão moderna, aquela instituída no continente americano pelos interesses do capitalismo mercantil, exigiu deste a construção de uma ideologia que a legitimasse e, assim, a interiorizasse na consciência social. (Queiróz, 1983, p.85)

A autora avança nesta análise e considera que a naturalização destas relações de submissão e qualificação entre pessoas brancas e negras estabeleceu as bases das relações sociais brasileiras. A população branca se enxergava detentora daqueles corpos que foram capturados, pagos ou herdados por elas e, conseqüentemente, os consideravam objetos de sua posse, permitindo sua expropriação sem a elaboração de um questionamento

³ Vale destacar que os interesses relacionados à promulgação destes dois aparatos legais estavam relacionados a interesses geopolíticos e econômicos, numa sociedade prestes a se tornar capitalista (Ratts, 2021).

da humanidade presente naqueles corpos subjugados, praticando contra eles atos de desumanidade. Ou seja, a “ideologia da escravidão foi assimilada e veiculada pelos brasileiros quando necessário, já que praticamente não sofreu contestação até grande parte do século XVIII.” (Queiróz, 1983, p. 92)

Diante desta reflexão, é possível analisar as bases das relações de poder na sociedade brasileira durante o período colonial. Estas relações apresentam caráter ideológico, pois estabelecem processos de submissão entre as pessoas e, ao mesmo tempo, demonstram o impacto deste pensamento ao longo da história. Esta elaboração da ideologia da racialidade, que possui suas bases na escravização e na distinção dos seres humanos pela sua raça, apresenta outros aspectos conceituais que reforçam a complexidade deste mecanismo ideológico.

Outras ideologias relacionadas à racialidade

Passaremos por alguns conceitos que podem ser relacionados à racialidade com uma forma de demonstrar o espectro ideológico que conforma as relações sociais racializadas. Não é nosso objetivo esgotar o assunto, mas apontar para uma complexidade presente na questão racial que cria um emaranhado ideológico da sociedade brasileira.

Um dos primeiros conceitos ideológicos difundidos no Brasil foi a teoria da mestiçagem. O termo pode indicar uma superação das relações de submissão e qualificação estabelecidas entre pessoas negras e brancas, na medida em que aponta para o estabelecimento de laços consanguíneos advindos de relações familiares interracialais. Munanga (1999) contesta esta visão, que na verdade pretende encobrir a racialidade presente no processo da mestiçagem, enquanto um mecanismo de apagamento da existência negra, por meio de seu embranquecimento.

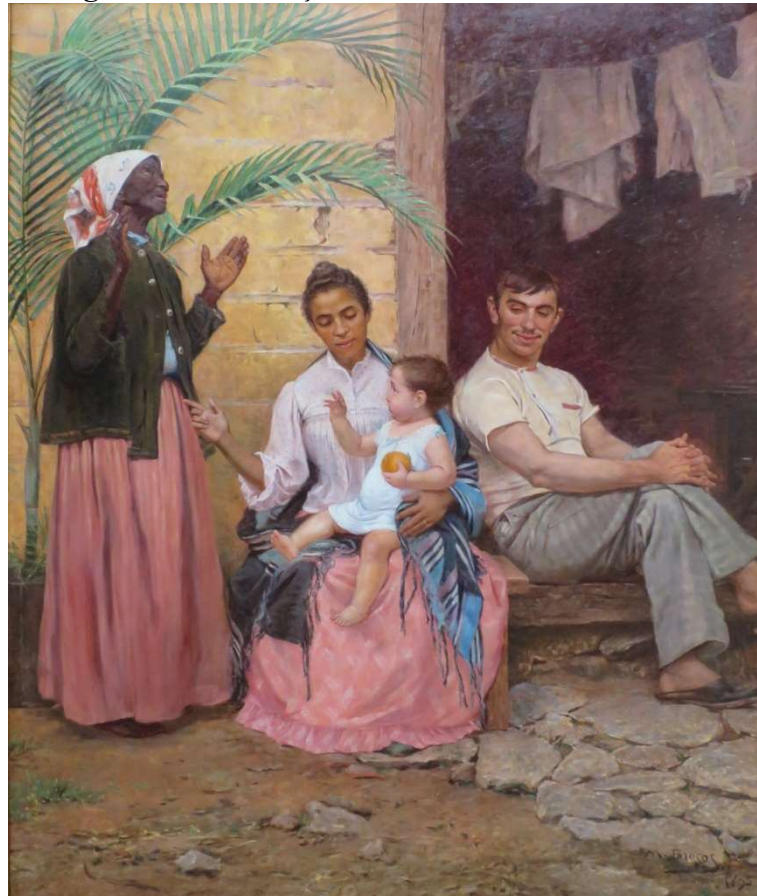
Sodré (2023) reforça este entendimento. Para o autor,

A ideologia intelectualista da mestiçagem – propugnada tanto por setores ditos “revolucionários” como por conservadores – enxergava na condição “morena” uma fenotipia mais clara do que escura, apostando na miscigenação como um ideal étnico/identitário. Entretanto, a força de impregnação dos valores atribuídos ao paradigma da branquitude é de tamanho alcance que nenhuma mestiçagem cultural latino-americana (hispânica ou lusa), apesar das doutrinas favoráveis, jamais conseguiu realmente superar as barreiras étnicas na vida social concreta. (p. 94-95)

A Figura 1 datada de 1895, que se refere-se à pintura de Modesto Brocos, pintor espanhol radicado no Brasil, que atualmente faz parte do acervo do Museu Nacional de

Belas Artes, materializa os aspectos ideológicos do termo mestiçagem. Na imagem pode-se identificar um gesto de uma mulher negra de pele retinta e lenço amarrado na cabeça que agradece aos “céus” por ter recebido a dádiva divina do embranquecimento de sua família extensa, a partir de futuras gerações. Destaca-se que a pintura foi realizada por um homem branco, o que demonstra o quão ideologicamente está conformado o trabalho.

Figura 1. A Redenção de Cam, de Modesto Brocos



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Reden%C3%A7%C3%A3o_de_Cam.

Beatriz Nascimento (Ratts, 2021) discute o papel do Estado nos processos de miscigenação da população, contrariando a ideia de uma romantização nas relações interracialis, conforme apontado na imagem. A autora analisa o impacto da miscigenação desde o início da colonização e sua intensificação na era pombalina, período em que a coroa portuguesa recomendava o estabelecimento de relações interracialis como uma estratégia de “povoamento do Brasil”. A partir deste estímulo ao embranquecimento da população, Beatriz Nascimento aponta que este “é o ponto crucial de uma ideologia nacional responsável pelo espaço social degradante em que se encontra a massa de negros no Brasil” (Ratts, 2021, p. 64).

A mestiçagem ocorrida no país encobriu a dialética presente nas relações racializadas, bem como fomentou o surgimento do que a autora denomina como sendo a *ideologia nacional*, ou o mito da democracia racial, que complexifica os aspectos ideológicos da racialidade. Nascimento (2019) discute a existência desta ideologia e a associa a um,

[...] racismo de tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando homens e mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver o massacre praticado no Brasil. Com efeito, essa destruição coletiva tem conseguido se ocultar da observação mundial pelo disfarce de uma ideologia de utopia racial denominada democracia racial, cuja técnica e estratégia têm conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente; tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho. (Nascimento, 2019, p. 35)

As reflexões do autor conseguem demonstrar como as relações de poder que foram estabelecidas a partir da raça, conformaram uma ideologia da racialidade que mantém os processos de submissão e qualificação iniciados no período colonial e têm sido perpetuados na sociedade brasileira e, conseqüentemente, mantém os aspectos ideológicos presentes nas relações sociais racializadas.

Beatriz Nascimento (Ratts, 2021) denuncia Gilberto Freyre como sendo o “grande ideólogo”, responsável pela “obra pioneira desse tipo de ideologia como grande parte da crença na tolerância racial brasileira” (p. 64). Avançando nas reflexões da autora, a obra “*Casa-Grande & Senzala*” instaura a amenização da relação entre colonizador e escravizado e é, portanto, uma das bases da tentativa ideológica de se encobrir a violência que conforma estas relações.

Sodré (2023) reforça a existência e o impacto da ideologia da democracia racial no argumento abaixo.

Dúvida não há quanto à existência de uma infraestrutura socioeconômica “enviesada” por trás da discriminação, mas esta não se deduz daquela a partir de dados primários e históricos extraídos segundo um sistema de interpretação predeterminado. Os resultados de operações deste tipo (estatísticas sobre a divisão do trabalho, educação, saúde, segurança etc.) são politicamente relevantes e particularmente responsáveis pela tomada de consciência da mistificação embutida na ideologia da democracia racial, que alimentou durante muito tempo o discurso da esfera pública oficial. (Sodré, 2023, p. 37)

Já no início do século XXI outro conceito pode ser incorporado à complexificação da ideologia da racialidade: a meritocracia. Barbosa (2014) explica que,

[...] o termo meritocracia refere-se a uma das mais importantes ideologias e ao principal critério de hierarquização social das sociedades modernas, o qual permeia todas as dimensões de nossa vida social no âmbito do espaço público. (Barbosa, 2010, p.21)

A autora critica o conceito, que desconsidera como os processos históricos de conformação das relações sociais são determinantes na garantia de privilégios e que, portanto, o mérito no que é considerado como um êxito econômico, político e social pode estar permeado pela racialidade. As pessoas negras, que foram destituídas historicamente de privilégios econômicos, políticos e sociais por meio da sua subjugação, podem não alcançar o mérito a partir de suas ações, pelo fato de estarem em uma posição social diametralmente oposta à população branca. Sendo assim, a meritocracia também pode ser compreendida como um mecanismo ideológico da racialidade.

A partir dos conceitos apresentados, é possível refletir acerca da complexificação da ideologia da racialidade ao longo da história. Esta articulação teórica se relaciona à conceituação de Chauí (2008) que analisa o caráter ideológico de determinados conceitos quando vistos “independentes da realidade histórica e social”, o que os torna na verdade um “significante flutuante” (Hall, 2015), que garante a manutenção dos processos hegemônicos. No cenário contemporâneo brasileiro, os dados raciais da violência urbana, os índices de mortalidade da população negra e a racialidade presente no sistema carcerário⁴ são evidências que apontam para a necessidade de se “abandonar os territórios acadêmicos estabelecidos” (Mbembe, 2021, p. 72). Sendo assim, é necessário confrontar a racialidade como uma ideologia que tem sido acionada há séculos e, reconhecer a manutenção da sua atuação nas relações sociais, políticas e econômicas.

Com o objetivo de dar este passo, realizamos um exercício exploratório de desvelamento da presença da racialidade no campo acadêmico da Geografia, no qual a pesquisa de doutorado da autora está inserida.

Uma análise da Revista Geografias da UFMG

Defendemos o argumento levantado por Mbembe (2021) de que é necessário buscar formas de revisitar as relações sociais e identificar como a racialidade pode atuar na manutenção das relações de submissão e qualificação. Esta atuação pode ser identificada, justamente, pela ausência de uma discussão que dê conta da complexidade da questão

⁴Informações sobre os aspectos racializados da violência urbana, da mortalidade da população negra e do sistema carcerário podem ser encontrados no Atlas da Violência de 2024.

racial enquanto um mecanismo que estabeleceu as relações de poder ao longo da história e, portanto, precisa ser desvelado, para ser reconhecido e, talvez, encontrar caminhos para a sua reestruturação.

Considerando o campo disciplinar da Geografia enquanto um espaço de exercício acadêmico de produção do conhecimento que analisa as relações sociais e suas implicações na produção do espaço, concordamos com Guimarães (2020) que expõe a necessidade da realização de pesquisas que possuam como enfoque a questão racial e suas complexidades. A autora abre o seguinte questionamento:

“[...]como podemos repensar a Geografia por meio da construção de métodos e metodologias para que as histórias, culturas e conhecimentos de grupos sociorraciais colonizados e escravizados possam ser inseridos em perspectivas de análises espaciais afirmativas. Ao contrário do que prevaleceu na história do pensamento geográfico.” (Guimarães, 2020, p.4)

Para vislumbrar a existência de discussões acerca da racialidade em estudos relacionados ao campo, realizamos um exercício exploratório na Revista Geografias da UFMG. O estudo se deu a partir da análise das 44 edições da revista, iniciada em 2005. Foram levantados 299 artigos acadêmicos. Após o levantamento, foi realizada uma análise de cada texto e a existência dos seguintes verbetes: racia, raça, racism, escrav, negr⁵. Buscou-se palavras relacionadas aos termos racial, racialidade, racializada (o), raça, racismo, escrava (o), escravidão, escravizada (o), negra (o), incluindo os plurais destes termos. Dentre os 299 artigos, 47 deles apresentaram alguma palavra buscada, ou seja, 84% das publicações da revista não mencionam termos relacionados à questão racial, conforme figura abaixo.

Figura 2. Frequência dos verbetes nos 299 artigos da Revista Geografias desde 2005 até dezembro de 2023.

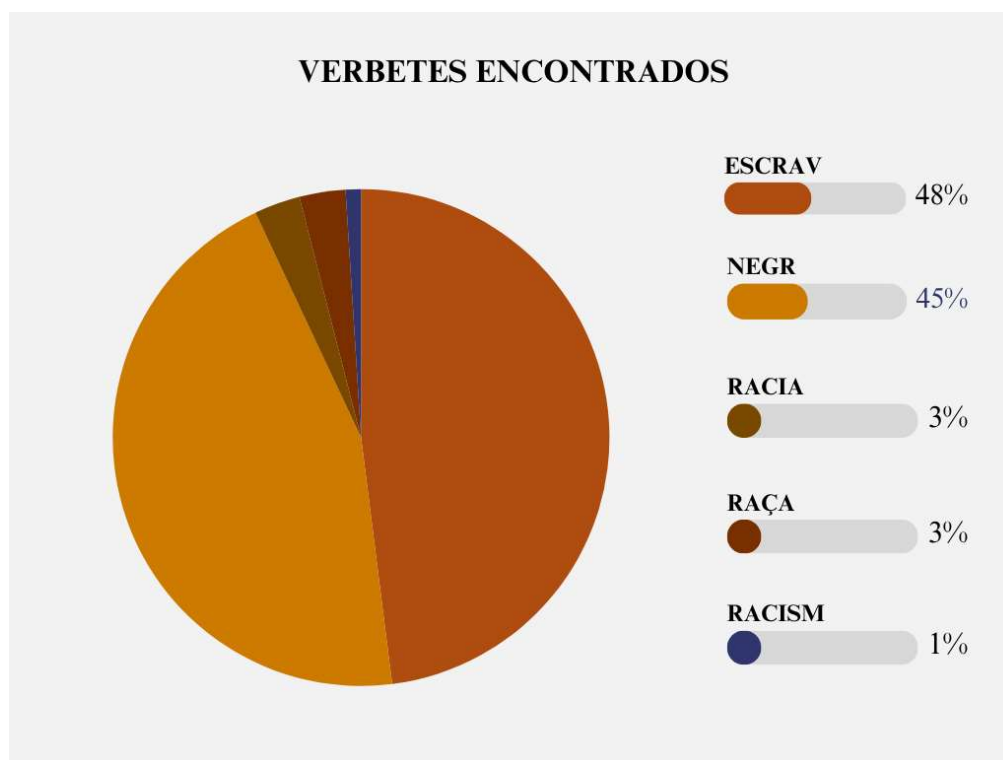
⁵ Para realização do estudo, foi utilizado o comando “Localizar” no software Adobe Acrobat Reader



Fonte: Elaborado pela autora.

Na sequência, a Figura 3 aponta para a primeira constatação. A maioria das palavras encontradas relacionam-se ao verbete “escrav”, seguido do verbete “negr”. Esta evidência pode indicar uma realidade que será confirmada mais à frente, a de que as análises relacionadas à questão racial têm sido majoritariamente debatidas, neste recorte acadêmico, em contextos ligados à escravização de pessoas indígenas e negras de origem africana. Outro dado que reforça este entendimento é que o verbete “racism” aparece apenas quatro vezes dentre os 299 artigos. Ao analisar os textos onde o termo foi identificado, concluiu-se que sua inserção ocorreu de forma descritiva. Assim, não se tratava de uma temática central dos trabalhos; pelo contrário, aparecia de forma pontual.

Figura 3. Frequência dos verbetes identificados nos 299 artigos da Revista Geografias desde 2005 até dezembro de 2023.



Fonte: Elaborado pela autora.

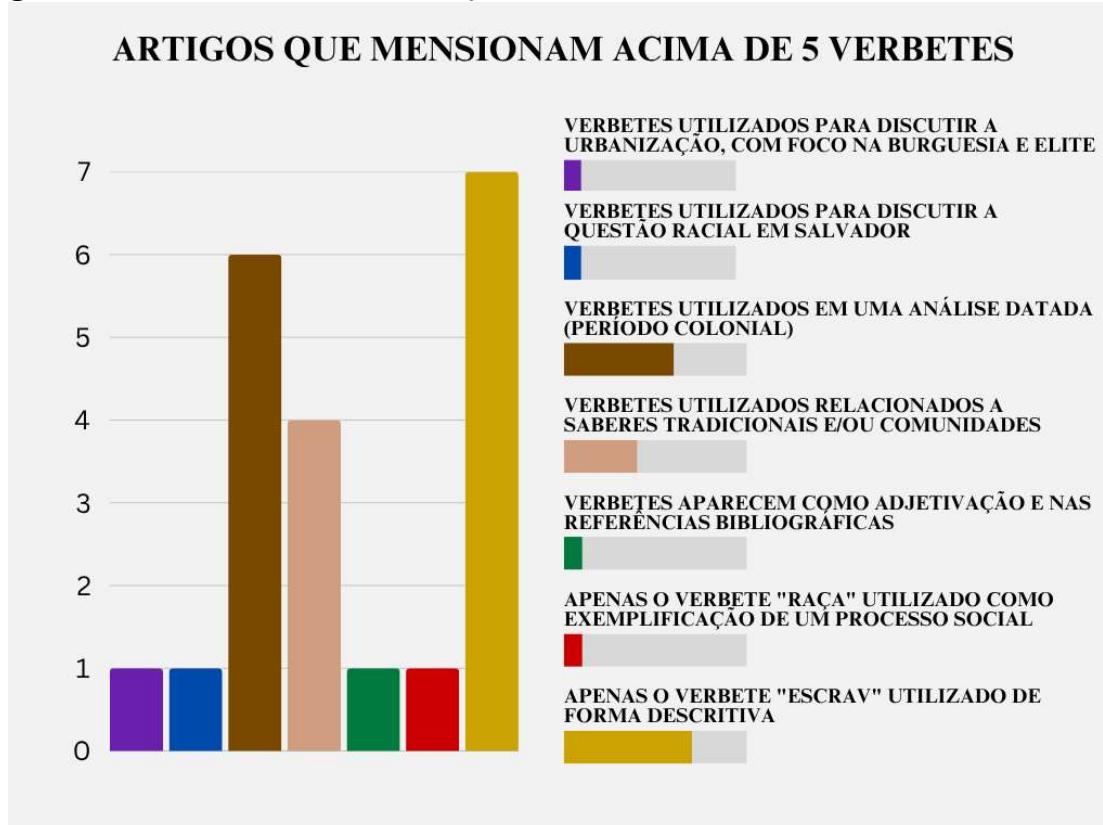
Levantamos o seguinte questionamento: o racismo não é uma questão a ser discutida na pesquisa acadêmica geográfica ou a ausência de análises relacionadas ao tema pode apontar para a existência de um aspecto ideológico no campo, que o afasta destas questões? Refletimos que a ausência de discussões que proponham uma análise do racismo enquanto um mecanismo de distinção social que atua na contemporaneidade, reforça a necessidade de ampliação do debate geográfico acerca do tema que, no caso da revista analisada, aponta para uma invisibilidade.

Para avançar no estudo, separamos os verbetes encontrados em três tipos. Aqueles que aparecem uma ou duas vezes no artigo, verbetes que aparecem entre três e cinco vezes nos estudos e palavras que aparecem mais de cinco vezes. Dentre os 47 artigos analisados, em 26 deles os verbetes aparecem uma ou no máximo duas vezes. Dos 21 artigos restantes, nove apresentam entre três e cinco verbetes pesquisados. Sete destes estudos apresentaram apenas o verbo “escrav”, o que aponta para a evidência já mencionada anteriormente. Nestes casos os termos foram utilizados de forma descritiva, por meio de uma citação relacionada à prática da objetificação de corpos num período específico da história. Um dos nove artigos apresentou três vezes o termo “raça” exemplificando um processo de categorização da sociedade; entretanto, a questão racial não

era central no debate. No outro artigo os termos encontrados apareceram duas vezes nas considerações finais, como adjetivação de palavras. Os demais termos estão presentes nas referências bibliográficas.

A Figura 4 a seguir mostra a análise dos 12 artigos restantes nos quais apareceram mais de cinco verbetes relacionados à questão racial.

Figura 4. Gráfico analisando a indicação do verbete às discussões realizadas nos trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre estes artigos, quatro estão relacionados aos saberes tradicionais e/ou comunidades quilombolas ou indígenas e seis destes artigos discutem o período colonial no Brasil. Com relação aos dois últimos artigos, um deles discute a questão racial em Salvador e o outro discute os processos de urbanização, a partir de um paralelo entre a burguesia e a elite, inserindo a população negra como excluída destes processos.

Por fim, um outro dado que merece destaque é com relação ao período de publicação dos artigos que apresentaram os verbetes pesquisados. Dos 47 artigos identificados, 30 foram publicados nos primeiros 10 anos de publicações da revista. Os demais artigos foram publicados de 2015 a 2023.

A partir dos dados analisados, questiona-se o significado do número reduzido de artigos acerca da questão racial na Revista Geografias da UFMG, bem como a limitada

complexidade das discussões, que se restringem majoritariamente a um período histórico nacional.

Onde a ausência diz mais que a presença

O arcabouço teórico apresentado na primeira parte do trabalho analisou como as relações racializadas têm se estruturado no Brasil a partir de ideologias. Desde que a raça foi instituída como uma classificação social que naturalizou a escravização de pessoas negras de origem africana no período colonial, o impacto da questão racial na conformação da sociedade brasileira tem sido invisibilizado. A teoria da mestiçagem e o mito da democracia racial podem ser compreendidos como dois aparatos ideológicos que tanto embranquecem a população e, conseqüentemente, promovem o apagamento de uma herança africana, quanto camuflam a existência de tensionamentos relacionados à questão racial no país. Estes instrumentos ideológicos viabilizam a manutenção um pacto (Bento, 2022) que privilegia a população branca e cria um cenário ideológico que naturaliza as relações de submissão e qualificação ao longo da história. A meritocracia emerge neste panorama em que não existem diferenças socioespaciais racializadas que impeçam a população negra de romper com *a mutilação de suas cidadanias* (Santos, 1997).

Neste sentido, qual o papel da Geografia para tensionar esta instrumentalização social? Marcelino (2020) discute uma visão romantizada das relações racializadas elaborada a partir da constituição do pensamento geográfico no Brasil. Sendo assim, é possível supor que as ideologias da racialidade também atuem na elaboração deste pensamento, bem como nas produções acadêmicas advindas deste processos epistemológicos. Ratts (2020) reforça este estendimento e resume a questão. Para ele,

É preciso que se compreenda que o racismo, combinado com sexismo e classismo, em variadas medidas e com contornos próprios (na Geografia, na Antropologia e áreas afins) está na base da formação da ciência, da disciplinaridade, da composição etnicorracial e de gênero dos departamentos, institutos ou faculdades, dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, dos eventos e das publicações. (p. 18)

Sendo assim, a análise quantitativa realizada junto aos artigos publicados na Revista Geografias da UFMG corrobora com esta argumentação. Neste caso, a ausência diz mais que a presença, ou seja, o panorama de publicações voltadas à questão racial pode demonstrar quais discussões os pesquisadores têm se envolvido e quais não. A análise qualitativa dos artigos reforça este entendimento, na medida em que as publicações que

mencionam a questão racial, se relacionam majoritariamente à escravização ou ao período colonial, indicando que estes estudos acadêmicos não contemplam a complexidade que a racialidade imprime na sociedade.

Vale destacar que o período onde houve um maior número de publicações relacionadas à temática, de 2005 a 2015, coincidentemente, relaciona-se ao período de implementação das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (Bustamante, 2023). Já o período após 2015, mais especificamente a partir de 2019, ocorreu uma tentativa de apagamento da pauta racial no país (Bustamante, 2023). Esta comparação não tem relação direta com as ausências e presenças identificadas, mas amplia a lente qualitativa dos resultados alcançados.

Evidentemente, não é possível resumir o panorama do campo disciplinar a partir deste recorte de publicação acadêmica. Mas podemos afirmar que, no caso da Revista Geografias da UFMG, as questões relacionadas à racialidade, à negritude e às relações étnico-raciais precisam ser mais exploradas. Neste sentido, é necessário que seja compreendido o papel da Geografia nestas discussões, para que outras proposições analíticas possam ser realizadas, a fim de desvelar como as dinâmicas socioespaciais estão permeadas pela ideologia da racialidade, inclusive e não menos importante, na produção do conhecimento.

Considerações finais

O estudo pretendeu discutir a racialidade enquanto um mecanismo ideológico de manutenção de processos hegemônicos que estabelecem relações de submissão e qualificação entre pessoas negras e brancas. Num primeiro momento, foi realizada uma conceituação do termo ideologia seguida da análise do surgimento do conceito de raça, enquanto um marcador social de diferença. Na sequência, foram apontados os aspectos ideológicos da escravização de pessoas negras de origem africana, que no caso brasileiro perdurou por mais de 300 anos, como uma forma fundante das relações de poder, naturalizadas no período colonial. Aliado ao conceito de raça, a escravização colocou a população negra numa situação diametralmente oposta à população branca, quanto à possibilidade de acesso às dinâmicas de equidade social, econômicas e políticas.

Na sequência, adicionamos outros termos na análise ideológica da racialidade. O conceito da mestiçagem e o mito da democracia racial podem ser vistos como ideologias que alimentam as distinções raciais, que tanto estabelecem uma visão positivista do

embranquecimento da população quanto tentam encobrir a existência destas distinções, como se a realidade brasileira não fosse conformada pelas relações racializadas.

Para analisar como a racialidade pode estar presente no campo disciplinar da Geografia, no qual a pesquisa de doutorado da autora está inserida, foi realizado um exercício exploratório a partir de um recorte da produção acadêmica geográfica. Foram analisadas 43 edições da Revista Geografias da UFMG, totalizando 299 artigos científicos. Identificamos uma inexpressiva publicação de análises centradas na questão racial, com reflexões majoritariamente relacionadas à escravização e ao período colonial.

Neste sentido, levantou-se o questionamento da existência de aspectos ideológicos da racialidade presentes na elaboração do pensamento geográfico, considerando a ausência de um debate que dê conta da complexidade presente nas relações racializadas. Os estudos indicam a necessidade de ampliar as análises voltadas às questões raciais no campo disciplinar da Geografia, a fim de possibilitar o desvelamento dos impactos da racialidade na vida de pessoas negras e brancas. Dessa forma, espera-se identificar fissuras que favoreçam a promoção da equidade racial, rompendo com o arcabouço ideológico racializado vigente.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 58-102, fev. 2014.

BENTO, C. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. In: BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851a. t. XI, pt. I, p. 267-270.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. In: BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. v. 1, t. XXXV-LI, pt. I-II, p. 1-2.

BUSTAMANTE, Cynthia B. Ambivalências urbanas: o protagonismo da população negra em Belo Horizonte - Matripotência, ancestralidade e reparação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2023.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FREITAS, Williem Silva de; REI, Joselina Rodrigues. A ideologia do racismo: entre o discurso do cotidiano e a materialização na mídia brasileira. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), v. 3, n.7, p. 129–140, jun. 2012.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras & geografias negras. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 292-311, abr. 2020.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. Liv Sovik (Trad.) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, *Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*. Ano VIII, 2, 2015, p. 1.

HALL, Stuart. *A ideologia e a teoria da comunicação*. Matrizes. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2016.

MARCELINO, Jonathan. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as* (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 435–457, 2020.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. (Org.). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói, RJ: EdUFF, 2004, p. 15-34.

NASCIMENTO, Abdias do. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância panafricanista*. Rio de Janeiro: Ipeafro.

QUEIRÓZ, Sueli Robles Reis de. Aspectos ideológicos da escravidão. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 85-101, jan./abr. 1983.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, [S. l.], v. 1, n. 104, p. 1–22, 2020.

Ratts, Alex (ed.). 2021. *Beatriz Nascimento: uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1997. p. 133-144.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Brasília: ABPN, 2012, p. 36-67.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.